

Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e Plano Clima 2024-2035

Brasília, 05 de novembro de 2025.

Contexto

Contexto de emergência climática indica mudanças significativas no Brasil, tais como:



aumento de **temperatura** e de **ondas de calor** em todas as macrorregiões;



aumento de **chuva** anual na região Sul e o de chuva extrema persistente nas regiões Norte, Sudeste e Sul;



aumento da frequência e da duração de **secas** nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste;



aumento de **vento severo** nas regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul; e



aumento da temperatura do oceano, elevação do **nível do mar**, branqueamento dos corais, ondas de calor marinhas e acidificação do oceano em toda a costa brasileira.

Crescimento da proporção, frequência e magnitude de eventos climáticos extremos e impacto sobre a população

Contexto



Pontos de não retorno para o Brasil:

- **Colapso da Floresta Amazônica:** aquecimento global superior a 1,5°C (em relação ao período pré-industrial) + desmatamento e incêndios florestais; e
- **Extinção de recifes de coral:** apontado como o primeiro ecossistema a ser extinto funcionalmente.



Qual o custo da inação?

- Perda correspondente a 146% do **PIB** do Brasil até 2050;
- Redução significativa nos níveis de **atividade econômica, emprego, produtividade**, entre outros indicadores; e
- Agravamento das **disparidades regionais** diante dos impactos da mudança do clima.

O Plano Clima se apresenta como documento-chave para orientar a política de enfrentamento à mudança do clima no Brasil nos próximos 10 anos.



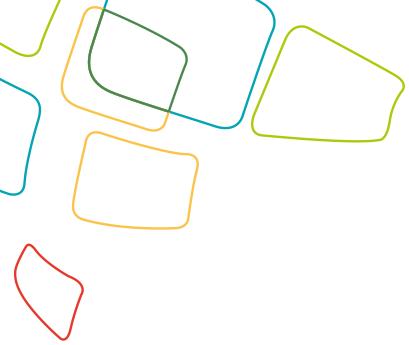
QUANTO MAIS RÁPIDA A
REDUÇÃO DAS EMISSÕES DE
GASES DE EFEITO ESTUFA...



... MAIORES AS CHANCES DE
REDUZIR VULNERABILIDADES
E AUMENTAR A RESILIÊNCIA...



... E MENORES OS
IMPACTOS DE EVENTOS
CLIMÁTICOS EXTREMOS



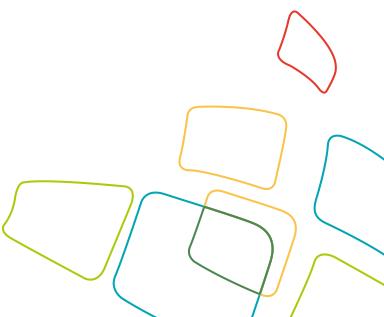
Política Nacional sobre **Mudança do Clima** (PNMC)



Sobre a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009



Marco legal que **estabeleceu os princípios e diretrizes gerais da política climática nacional**, com dois grandes compromissos:

- **Reducir as emissões** de gases de efeito estufa causadas por atividades humanas; e
 - Preparar o país para se **adaptar às mudanças do clima**, protegendo as populações e os setores mais vulneráveis.
- 



Por que atualizar a PNMC?

Legislação está há 15 anos sem atualização.

Apresenta defasagem normativa frente ao Acordo de Paris (COP-21, 2015):

- Ausência de metas intermediárias e de instrumentos como **orçamento de gases de efeito estufa, estratégia de longo prazo compatíveis com as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) e definição legal de emissões líquidas zero**, além da necessidade de fortalecer planejamento, financiamento, monitoramento e a governança multinível.

Contexto de aprimoramento da governança climática federal:

- CIM foi restaurado em 2023 (Decreto nº 11.550/2023) e aprimorado em 2024 (Decreto nº 12.040/2024), com finalidade explícita de **coordenar e acompanhar ações relativas à PNMC com mais transparência, inclusão e eficiência**.

Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC)

Inovações propostas pela nova PNMC



**Inclusão da transição
para emissões
líquidas zero até
2050.**



**Novos Conceitos,
Princípios, Objetivos
e Diretrizes.**



**Ajustes no dispositivo
sobre Financiamento.**



**Organização dos Instrumentos de
Planejamento, Implementação,
Monitoramento e Institucionais.**

Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC)

Consulta pública na plataforma Brasil Participativo



CONSULTA PÚBLICA ABERTA
Política Nacional
sobre Mudança
do Clima (PNMC)

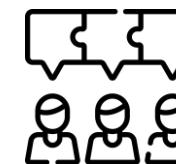
Ativa

Consulta Pública sobre o ante-projeto de Lei de revisão da Polí-

Consulta Pública sobre o anteprojeto de Lei de revisão da Política Nacional sobre Mudança do...

INÍCIO 01/10/2025 → ENCERRAMENTO 01/12/2025

Participar



Link para participação na consulta pública:

<https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br/processes/pnmc>



Link do texto na íntegra:

<https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/smc/dgov/cim/grupos-tecnicos-gts/gt-pnmc/anteprojeto-lei-de-revisao-da-pnmc>



PLANO CLIMA

2024-2035



PLANO CLIMA
2024-2035



Visão

O Plano Clima coloca o Brasil na trajetória de ser um **país resiliente, sustentável, seguro, justo e desenvolvido**, com os governos, sociedade civil, setor privado e comunidade científica engajados diante da emergência climática.

Objetivo Geral

O objetivo geral do Plano Clima é orientar, promover e catalisar ações coordenadas que visem à **transição para uma economia com emissões líquidas zero de gases de efeito estufa até 2050** e à **adaptação de sistemas humanos e naturais, por meio de estratégias de curto, médio e longo prazo**, à luz do **desenvolvimento sustentável e da justiça climática**.

Princípios

Constituição Federal de 1988
Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC (Lei nº 12.187/2009)
Compromissos internacionais – UNFCCC (Acordo de Paris e as NDC do Brasil) e
Agenda 2030 (17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS)

Conhecendo o Plano Clima

Estrutura do Plano Clima 2024-2035

- 1. Conservação da Natureza;
- 2. Agricultura e Pecuária;
- 3. Indústria;
- 4. Energia;
- 5. Transportes;
- 6. Cidades; e
- 7. Resíduos Sólidos e Efluentes Domésticos.



Estratégia Nacional de Mitigação

Planos Setoriais de Mitigação



Estratégia Nacional de Adaptação

Planos Setoriais e Temáticos de Adaptação

1. Plano Setorial de Agricultura e Pecuária;
2. Plano Setorial de Agricultura Familiar;
3. Plano Temático de Biodiversidade;
4. Plano Setorial de Cidades;
5. Plano Setorial de Energia;
6. Plano Setorial de Indústria e Mineração;
7. Plano Temático de Igualdade Racial e Combate ao Racismo;
8. Plano Temático de Oceano e Zona Costeira;
9. Plano Temático de Povos e Comunidades Tradicionais;
10. Plano Temático de Povos Indígenas;
11. Plano Setorial de Redução e Gestão de Riscos e de Desastres;
12. Plano Temático de Recursos Hídricos;
13. Plano Setorial de Saúde;
14. Plano Setorial de Segurança Alimentar e Nutricional;
15. Plano Setorial de Transportes; e
16. Plano Setorial de Turismo.



Estratégias Transversais para Ação Climática

Transição Justa e Justiça Climática

Mulheres e Clima

Meios de Implementação

Educação, Capacitação, Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

Monitoramento, Gestão, Avaliação e Transparência



ET-MONITORAMENTO E TRANSPARÊNCIA

4.1 Apresentação dos Ciclos de Monitoramento, Avaliação de Impacto e Atualização do Plano Clima



CICLO DE MONITORAMENTO ANUAL DAS AÇÕES SETORIAIS DO PLANO CLIMA (VINCULADO À METODOLOGIA E PROCESSOS DO PPA 2024-2027):

Envolve o **monitoramento, a autoavaliação e revisão das ações setoriais** do Plano e será executado pelos ministérios setoriais, no âmbito das [Instâncias de Adaptação e Mitigação], com apoio da [Instância de Monitoramento e Avaliação] do CIM.



CICLO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO BIENAL DO PLANO CLIMA:

Constitui processo de **avaliação de impacto das metas setoriais e nacionais, e dos objetivos nacionais de mitigação e adaptação**, contando com a pontuação entre as Instâncias de Adaptação e Mitigação, com apoio da Instância de Monitoramento e Avaliação, e outros atores, como a Câmara de Assessoramento Científico (CAC) do CIM.



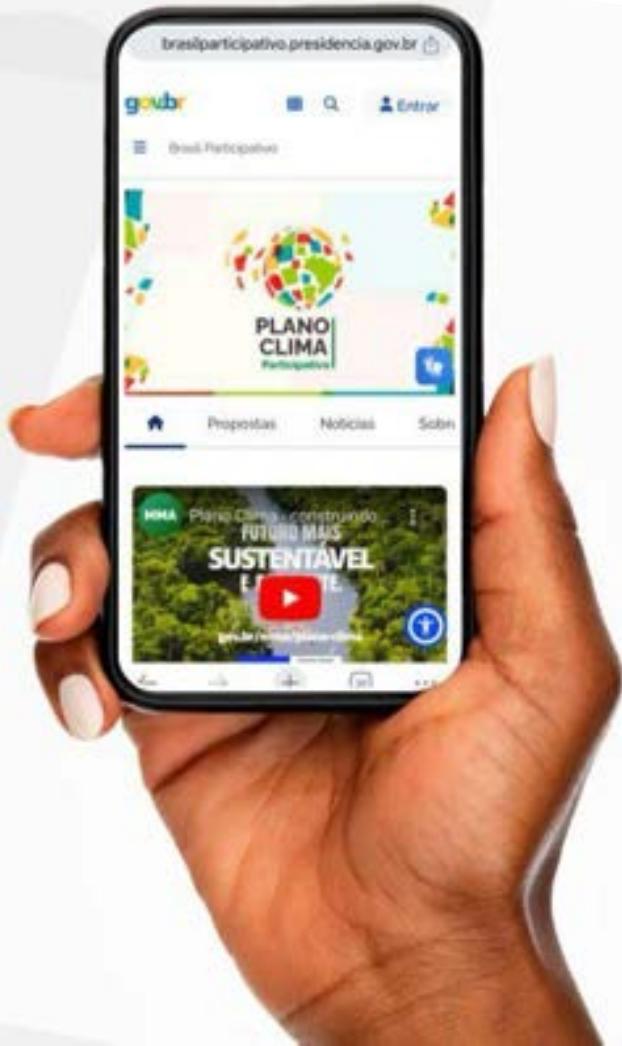
ATUALIZAÇÃO QUADRIENAL DO PLANO CLIMA:

Atualização do Plano Clima realizado em articulação com as [Instâncias de Adaptação, Mitigação e Monitoramento e Avaliação], **ensejado a partir de outros documentos de governo** (incluindo aqueles enviados à Convenção de Clima).



O Plano com a cara do Brasil

Dados do Brasil Participativo



1ª Etapa (07 a 11/2024)

9 Plenárias Territoriais, para mobilizar a população, informar etapas de elaboração do Plano e estimular o envio de propostas pelo **Brasil Participativo**. O processo contou com **24.088 participantes e 1.292 propostas** para as **Estratégias Nacionais de Mitigação e Adaptação, e seus planos setoriais e temáticos**.

2ª e 3ª Etapa (10/24 a 04/2025)

Estratégia Nacional de Adaptação (ENA) e seus Planos Setoriais e Temáticos receberam **3.684 contribuições**, das quais **27% foram aproveitadas integralmente e 23% parcialmente**.

4ª e 5ª Etapa (04 a 08/2025)

Estratégia Nacional de Mitigação (ENM) recebeu **780 contribuições**, das quais **16,03% foram aproveitadas integralmente e 10,64% parcialmente**. **Metas da ENM** receberam **118 contribuições** e os **Planos Setoriais de Mitigação** receberam **1.989 propostas**.



3
WORKSHOPS
TEMÁTICOS

6 OFICINAS
SETORIAIS
CONJUNTAS

7 OFICINAS
PARTICIPATIVAS

12 REUNIÕES
ORDINÁRIAS DO
GT MITIGAÇÃO

19 MINISTÉRIOS
+ FBMC & REDE
CLIMA

5 WEBINÁRIOS
DE ORIENTAÇÃO



GT MITIGAÇÃO

Intenso processo de engajamento, integração entre setores e atores da sociedade civil.





5 OFICINAS
PREPARATÓRIAS

6 OFICINAS
SETORIAIS E
TEMÁTICAS

14 REUNIÕES ORDINÁRIAS
DO GRUPO TÉCNICO DE
ADAPTAÇÃO

25 MINISTÉRIOS +
120 INSTITUIÇÕES

6 WEBINÁRIOS DE
ORIENTAÇÃO

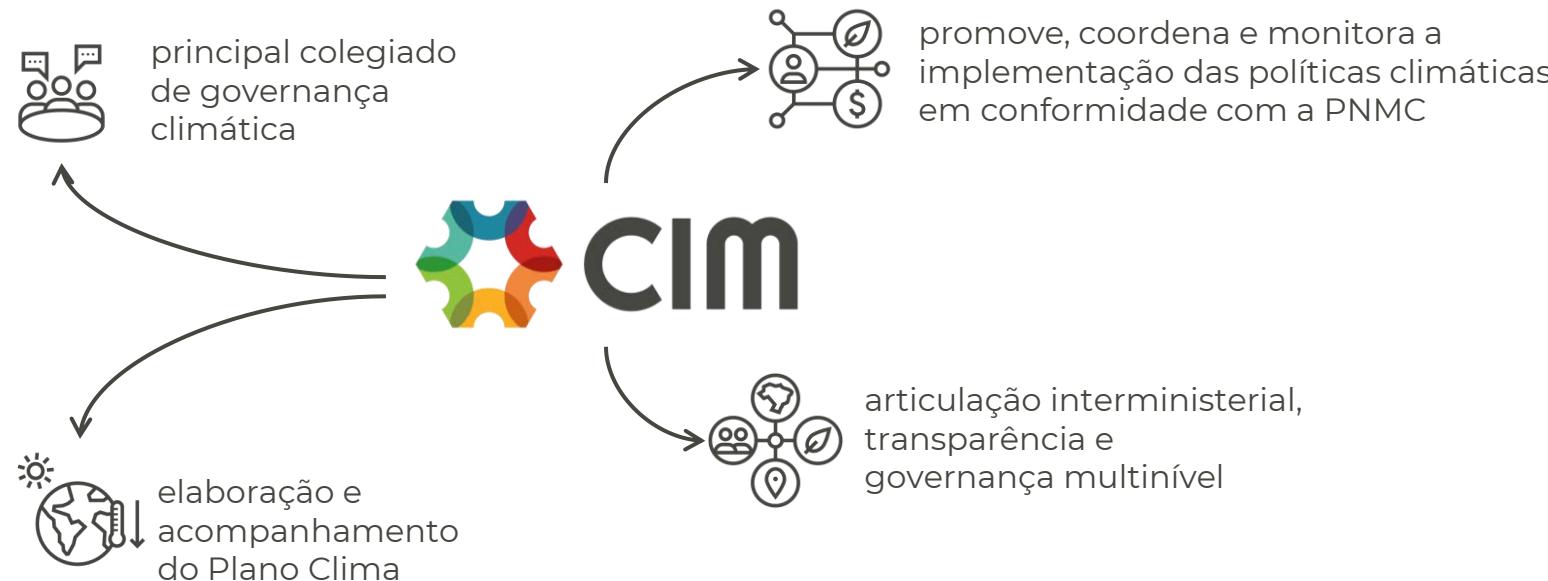


GT ADAPTAÇÃO

Intenso processo de engajamento, integração entre setores e capacitação sobre riscos climáticos, Adaptação, AbE e justiça climática.



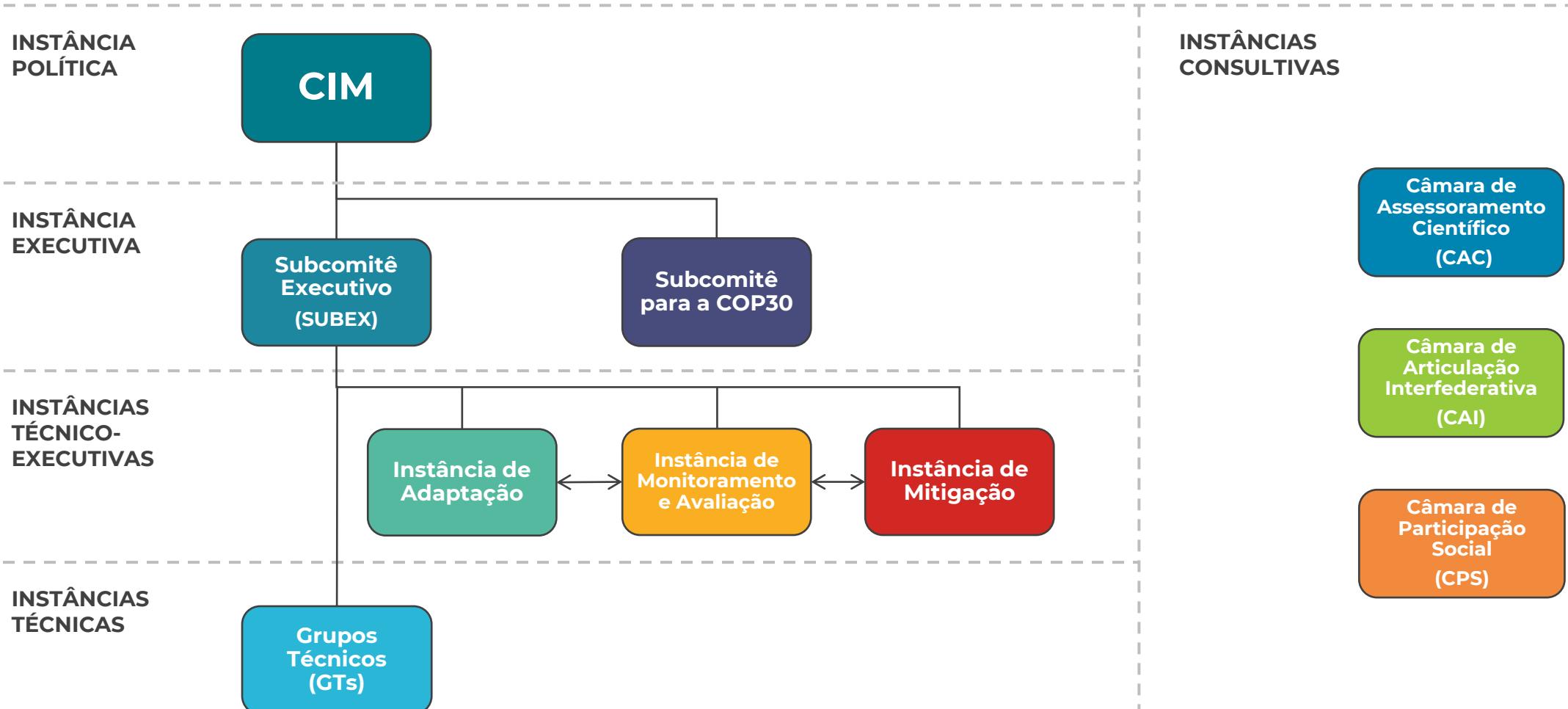
A governança do Plano Clima no âmbito do CIM



O CIM é responsável por **coordenar e supervisionar a elaboração, aprovação, monitoramento e avaliação da implementação do Plano Clima.**

Para fortalecer a **governança do Plano Clima**, o CIM poderá criar novos **subcomitês permanentes** dedicados a assessorar o SUBEX no **acompanhamento da implementação, monitoramento, avaliação e atualização do Plano Clima**.

A governança do Plano Clima no âmbito do CIM



GTs em funcionamento: GT SBCE, GT Capacitação, GT Monitoramento e Transparência, GT Meios de Implementação e GT Transição Justa



COMITÊ
INTERMINISTERIAL
SOBRE MUDANÇA
DO CLIMA

Obrigada!

Secretaria Nacional sobre Mudança do Clima
Departamento de Governança Climática e Articulação

dgov@mma.gov.br

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA

CASA CIVIL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO